

CONEXÕES ENTRE BRASIL E ESCÓCIA: resultados preliminares de um estudo comparativo sobre as experiências de pessoas trans no ensino superior (2021-2022)

Connections between Brazil and Scotland preliminary results of a comparative study on the experiences of trans people in Higher Education (2021-2022)

Priscila Froes¹
Maria Zanela²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma dissertação de mestrado que investigou políticas de inclusão para pessoas travestis, transexuais e gênero-dissidentes em duas instituições de ensino superior: a Universidade de Glasgow e uma universidade em Porto Alegre. A pesquisa, conduzida em 2022, analisou como estudantes trans percebem sua inclusão nestas instituições. Utilizando a Teoria da Perspectiva Feminista para conectar autores do Sul e Norte Global, o estudo empregou a técnica Bola de Neve e entrevistas semiestruturadas via Zoom com 18 participantes, divididos igualmente entre as duas universidades. A análise revelou três temas principais: questões sobre uso do banheiro (exclusivamente mencionado por brasileiros), relações de poder (citado por ambos os grupos) e passabilidade como estratégia contra a transfobia. Os resultados indicam que estudantes brasileiros se sentem menos incluídos e consideram insuficientes as políticas de nome social e cotas, enquanto estudantes de Glasgow

¹Educadora Comunitária, Artista Visual e Mestra em Educação de Jovens e Adultos pela University of Glasgow. Tem experiência internacional em análise de políticas públicas na área da educação com prática em desenvolvimento comunitário. E-mail: <priscilafroes89@gmail.com>. Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/1498752124651672>>.

²Bibliotecária da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina (SED/SC). Mestra em Serviço Social (PPGSS/UFSC). Doutora em Educação (PPGE/UFSC). Integrante-pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Diferença, Arte e Educação (ALTERITAS/UFSC/CNPq). E-mail: <aprendereler@gmail.com>. Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/3903831219751532>>.

demandam ações concretas, maior representatividade e aprimoramento das políticas existentes. Embora a amostra limitada não permita generalizações sobre todas as experiências trans no ensino superior, o estudo oferece *insights* importantes sobre as diferentes percepções de inclusão em contextos distintos.

Palavras-chave: Políticas de inclusão; Pessoas trans; Ensino superior; Norte Global.

Abstract: This article presents findings from a master's dissertation that investigated inclusion policies for travestis, transgender, and gender-dissident individuals in two higher education institutions: the University of Glasgow and a university in Porto Alegre. The research, conducted in 2022, explored how trans students perceive their inclusion in these institutions. Drawing on Feminist Standpoint Theory to connect authors from the Global South and Global North, the study employed the Snowball Sampling technique and semi-structured interviews via Zoom with 18 participants, equally divided between the two universities. The analysis revealed three main themes: issues regarding bathroom use (exclusively mentioned by Brazilian participants), power relations (raised by both groups), and passing as a strategy against transphobia. The findings indicate that Brazilian students feel less included and consider the implementation of chosen name policies and affirmative action quotas insufficient, while students from Glasgow demand concrete actions, greater representation, and improvements to existing policies. Although the limited sample size prevents generalisations about all trans experiences in higher education, the study offers valuable insights into the different perceptions of inclusion in distinct contexts.

Keywords: Inclusion policies; Trans people; Higher education; Global North.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A elaboração deste artigo ocorre aproximadamente três anos após a conclusão da pesquisa original intitulada: **“Being Ok Is Not Enough For Me, My Life Needs To Be Spectacular”**: *Trans-Friendly? A Comparative Study Of Inclusive Institutional Policies For Transgender People In Scottish And Brazilian Universities*. Em um momento particularmente oportuno, considerando as transformações significativas observadas em diversas universidades brasileiras no que tange às políticas para pessoas trans³. O objetivo central deste trabalho é apresentar os resultados da pesquisa supracitada, a partir de um recorte do sexto capítulo, desenvolvida na Universidade de Glasgow, Reino Unido. Inclusive, revisitar as discussões a partir de uma perspectiva contemporânea.

Esta revisitação se mostra valiosa, pois o distanciamento temporal permite uma apreciação mais crítica e aprofundada do trabalho realizado. Durante o processo inicial de pesquisa e escrita, as limitações de prazo e outras restrições metodológicas não possibilitaram uma reflexão mais abrangente sobre os dados coletados e suas implicações. Agora, com o benefício do tempo e da maturação acadêmica, é possível reexaminar os resultados sob uma ótica mais refinada e contextualizada.

O trabalho original buscou investigar comparativamente as experiências de pessoas trans no ensino superior em dois contextos distintos: uma universidade em Porto Alegre, Brasil, e a Universidade de Glasgow, Reino Unido. Este artigo não apenas apresenta os resultados daquela investigação, mas também os atualiza e problematiza,

3 Referem-se a pessoas trans aquelas que se enquadram nas identidades: travesti, transexual e/ou gênero-dissidente, como expressão para abarcar essa multiplicidade identitária.

considerando as mudanças ocorridas no cenário acadêmico brasileiro nos últimos anos.

A primeira parte deste trabalho busca explicar, a partir de autores como Pearce (2018), Lugones (2020), Connell (2014) e outros, o porquê da escolha da categoria de análise "transvestigênera" quando nos referimos a pessoas trans no contexto brasileiro e "transgênero" no contexto do Reino Unido. Uma vez que o Reino Unido não possui a identidade travesti em seu vocabulário tal qual existe no Brasil e na América Latina. Fazemos essa escolha de maneira deliberada para inverter a lógica dominante e inserir a palavra e o corpo travesti no espaço do dominador.

Em seguida, de maneira breve, explicaremos como funciona o ensino superior na Escócia e a partir dessa breve apresentação, tentamos de alguma maneira apresentar ao/à leitor/a as diferenças e semelhanças com o ensino brasileiro. Outrossim, apresentamos também de maneira breve o que se pode extrair da revisão de literatura acerca de estudantes trans no ensino superior escocês e brasileiro no período de 2015 a 2021.

Os resultados foram divididos em temáticas identificadas durante o processo de investigação, distribuindo-se entre uso dos banheiros, relações de poder e passabilidade. Em relação à problemática dos banheiros, este foi um assunto e problema levantado exclusivamente pelos estudantes brasileiros. Na questão das relações de poder, é possível observar como a discriminação se transfigura de forma a não parecer discriminação e como pessoas trans precisam criar estratégias para se manterem nesses espaços. Uma dessas estratégias é a passabilidade, que se torna objeto de análise. A análise dessas três dimensões, parcialmente, alinha-se com o que foi encontrado na revisão de literatura, mas devido às limitações da investigação, especialmente pelo

número de participantes, não podemos considerar os resultados como experiências universais.

Por fim, acreditamos que com o avanço das pesquisas focadas em pessoas trans no ensino superior brasileiro, teremos no futuro dados mais concretos sobre a realidade experienciada por esta população. Estudos anteriores já demonstraram que as experiências na educação brasileira (da básica à superior) não são bem avaliadas por esta população (Froes, 2017; Oliveira Junior & Maio, 2016; Andrade, 2012; Bohm, 2009), mas com os avanços na legislação brasileira, normativas e portarias, além da maior abertura para discussão desta população na mídia, precisamos investigar quais mudanças ocorreram desde então. Este trabalho focaliza apenas o ensino superior, considerado fundamental para a inclusão da população trans em outros setores dos quais geralmente é excluída.

1. IDENTIDADES EM TRÂNSITO

A primeira questão que precisa ser ressaltada neste trabalho é o uso das terminologias transgêneros versus transvestigêneres que, embora pareçam semelhantes, não o são. A segunda é contextualizar o trabalho e onde ele foi aplicado. Com relação à primeira, a palavra “transgênero”, este trabalho parte do termo utilizado no Norte Global, *transgender*, frequentemente abreviado para “trans”, utilizado como termo guarda-chuva para abarcar outras possibilidades dissidentes de gênero. Empregamos este termo com base no trabalho da pesquisadora Ruth Pearce (2018), que também é uma mulher trans e leciona na Universidade de Glasgow. Sua pesquisa se concentra nos estudos sobre a saúde da população trans, historicizando a relação dos corpos transgêneros com o discurso médico-legal desenvolvido a partir do século XIX nos Estados Unidos e no continente europeu ocidental –

especialmente no Reino Unido. Esse contexto culminou em duas terminologias principais: *transvestite* e *transexual*.

A partir da contextualização apresentada por Pearce e do uso do termo *transgender*, é possível observar como ele foi difundido globalmente, colonizando identidades de gênero já existentes em outras partes do mundo com nomes oriundos dos países ocidentais dominantes. Segundo seu trabalho, "transgênero" é o termo comum para pessoas que escapam das amarras binárias de gênero e sexualidade, estas derivadas do colonizador.

Como travestis, brasileiras, latino-americanas em universidades estrangeiras, é mister que nos posicionemos de forma política. Por isso, tentamos trazer à tona esse diálogo sobre o fato de que, na América Latina, possuímos outros nomes e contextos (Lugones, 2020). Não estamos atadas apenas ao discurso médico do Norte Global. Reconhecemos a importância de escrever e pronunciar as palavras "travesti" e "transvestigênera", em especial quando produzimos conhecimento em contextos outros, invertendo, de forma deliberada e crítica, a epistemologia dominante (Connell, 2014).

Durante as respostas aos questionários aplicados para esta pesquisa, não foi mencionada qualquer outra identidade que não se enquadre nos espectros binário ou não binário de gênero. No entanto, é importante destacar que, dependendo de certas perspectivas, algumas identidades podem não ser consideradas trans, como é o caso da identidade não binária (Pearce, 2018).

O objetivo deste trabalho não é aprofundar essas especificidades. No entanto, considerando os debates públicos no Reino Unido, qualquer pessoa que se desloque da cisgeneridade é geralmente chamada de transgênero. Assim, para facilitar a compreensão do/da leitor/a e a condução desta pesquisa, este trabalho adota o termo "trans" e

transgênero para englobar tanto pessoas trans binárias quanto não binárias no contexto do Reino Unido.

2. SOBRE O ENSINO NA ESCÓCIA E O BRASIL

Em relação à segunda questão a ser destacada, o trabalho de dissertação visou inicialmente a uma busca sobre o processo de educação e a realidade de estudantes transgêneros no Reino Unido, já que havia uma maior familiaridade com o sistema e realidade brasileira, considerando a nacionalidade da autoria. Nesta busca, uma colega do direito apontou que o Reino Unido é a nação, mas o país *locus* da pesquisa é a Escócia que, embora ambos pareçam apresentar unificação nos mapas gerais, quando analisadas as políticas educacionais, não o são. A Escócia possui seu próprio parlamento, seu próprio sistema de regulamentação, possui três idiomas oficiais (Inglês, Escocês e Gaélico Escocês) e demonstra orgulho em se diferenciar de sua vizinha Inglaterra, a quem ainda está subjugada em certo grau a *Westminster*, como denomina o parlamento britânico.

A universidade pesquisada foi a Universidade de Glasgow que, de acordo com o *website Britannica*(2024), foi fundada em 1451 da Era Comum (EC) no reinado de James II, rei da Escócia. A universidade teve duas localidades: a original estava situada no lado leste da cidade de Glasgow, próxima à Catedral de Glasgow (cuja construção data de 1136 EC), e a atual foi transferida para o lado oeste no século XIX. A Universidade de Glasgow possui três *campi*: *Gilmorehill* (o principal), *Garscube* e *Dumfries*. Além disso, a universidade possui quatro faculdades que se dividem em diversas Escolas, nas quais seus estudantes cursam graduação e pós-graduação. No portão de entrada é possível ler o nome de diversas personalidades que já estudaram ali, como Adam

Smith, Lord Kelvin. Ademais, Nicola Sturgeon, a primeira mulher primeira-ministra da Escócia foi aluna da universidade.

Para situar o/a leitor/a na realidade educacional superior escocesa, explicaremos brevemente seu sistema de educação. A Escócia é composta por quatro tipos de instituições: as universidades ancestrais, fundadas entre os séculos XV e XVI da Era Comum; as universidades tradicionais, criadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980; e as novas universidades, estabelecidas a partir dos anos 1990. Além destas universidades, existe o ensino técnico superior, cujas instituições foram fundadas a partir da década de 1950 (Duta; An; Iannelli, 2018).

Uma diferença significativa entre o ensino superior escocês e o inglês é que na Escócia os/as alunos/as cidadãos/ãs não pagam por seus cursos de graduação (Riddell, 2015). Estudantes internacionais pagam para estudar no ensino superior, e esse recurso ajuda a equilibrar as contas e manter a gratuidade para os escoceses. As universidades são consideradas públicas, já que recebem verba do governo, mas também possuem parcerias privadas. Para ingressar nas universidades (Duta; An; Iannelli, 2018; Mandavkar, 2021), os/as estudantes devem realizar exames ao final dos dois últimos anos do ensino secundário (equivalente ao nosso ensino médio). Não há disciplinas obrigatórias, e as universidades têm autonomia para avaliar o histórico escolar dos/das candidatos/as, geralmente analisando as médias de três a cinco disciplinas, além de outros requisitos, dependendo do prestígio da instituição pretendida.

Um dado relevante é que a Escócia também passou por um processo de democratização do ensino superior. Contudo, curiosamente, as universidades de maior prestígio, geralmente as ancestrais, são predominantemente ocupadas por pessoas de maior classe social (Duta; An; Iannelli, 2018).

3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO QUE TANGE A REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura apresentou resultados semelhantes entre ambos os países. Questões como uso do nome social, acesso a banheiros, violências diretas e indiretas são constantes entre os resultados dos artigos investigados para o trabalho original (Dias *et al.*, 2016; Silva, 2017; Dimenstein, 2018; dos Santos *et al.*, 2019; Pereira, 2020; Correa, 2017; Lages *et al.*, 2021). Contudo, como diferença, foi possível observar que os artigos brasileiros expõem muito mais as violências sofridas por estudantes trans brasileiros, diferentemente dos estudos britânicos. Por exemplo, o caso de uma estudante travesti que foi confundida como trabalhadora sexual ocorreu no cenário brasileiro, situação não relatada nos estudos britânicos (Dias *et al.*, 2016; Pereira, 2020). Considerando os dados sobre conclusão do ensino básico no Brasil e Reino Unido, esta parece ser uma explicação substancial para a diferença nos dados apresentados nos estudos.

Por outro lado, os estudos brasileiros trabalham melhor a interseccionalidade de raça e gênero, enquanto isso sequer é mencionado nos estudos britânicos, homogeneizando e apagando os sujeitos de pesquisa. Contudo, os estudos brasileiros são limitados às temáticas de nome social e uso de banheiro, enquanto os estudos britânicos são mais abrangentes, tratando destas temáticas e também de acomodações, aconselhamento de carreiras e esportes (Formby, 2017; Phipps, 2021; Lawrence and Mckendry, 2019; Hafford-Letchfield *et al.*, 2017). A temática da passabilidade não foi identificada em nenhum dos estudos analisados durante a revisão de literatura, tendo emergido apenas durante a pesquisa inicial. Este é um dado significativo que não foi contemplado nas análises de diversos/as autores/as, revelando uma

lacuna importante nos estudos sobre pessoas trans no ensino superior em ambos os países.

4. METODOLOGIA CONDENSADA

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas fases metodológicas distintas, visando investigar as experiências de pessoas trans no ensino superior em Porto Alegre, Brasil, e Glasgow, Reino Unido, considerando a reatualização da pesquisa inicial e original e utilizando como base os dados coletados.

Foram desenvolvidos dois questionários similares, um em inglês e outro em português, empregando linguagem neutra e respeitando as particularidades culturais de cada contexto. Esta adaptação foi necessária, pois Brasil e Reino Unido divergem em suas categorizações de gênero e raça. Um exemplo significativo é a identidade travesti, que embora exista como realidade no Reino Unido, não é reconhecida no contexto britânico como categoria identitária.

Os questionários, compostos por 23 questões, abordaram temas como identidade de gênero, identidade racial/étnica, experiências de vida acadêmica e conhecimento sobre políticas institucionais voltadas a pessoas trans em suas respectivas universidades. Considerando que Porto Alegre possui mais de 10 universidades, a seleção para as entrevistas posteriores concentrou-se na instituição com maior número de respondentes.

Devido à vulnerabilidade social e às dificuldades de acesso a esta população - incluindo distâncias geográficas, diferenças culturais e impactos residuais da COVID-19 - adotou-se o método bola de neve. Conforme Browne (2005), esta metodologia mostrou-se mais adequada para as condições apresentadas. A posição de pesquisadora travesti facilitou o acesso e construção de confiança com as pessoas trans

participantes, aspecto fundamental em pesquisas com grupos minoritários. A pesquisa foi realizada através de plataformas digitais, escolha que além de reduzir custos operacionais em uma pesquisa transcontinental, proporcionou maior anonimato aos/às participantes.

As entrevistas foram planejadas para aprofundar as respostas obtidas nos questionários, com atenção especial às questões abertas. Segundo Boni e Quaresma (2005), priorizou-se a construção de vínculos com os/as sujeitos/as da investigação, mantendo comunicação constante via e-mail e oferecendo suporte quando necessário.

A personalização das entrevistas baseou-se nas respostas individuais dos questionários. Este processo foi dinâmico, permitindo que respostas de um participante pudessem gerar novos questionamentos para entrevistas subsequentes, preenchendo lacunas não previstas inicialmente. Esta adaptabilidade foi crucial para evitar vieses e respostas previsíveis, mantendo a autenticidade dos relatos.

Considerando a vulnerabilidade da população estudada, tomou-se especial cuidado na formulação das perguntas para evitar desconforto e revitimização, com ênfase constante na garantia do anonimato. Esta abordagem metodológica visa amplificar as vozes trans na academia, contrapondo a tendência de objetificação em pesquisas realizadas por pessoas cisgêneras.

A análise qualitativa focou na categorização dos elementos emergentes das entrevistas, identificando padrões recorrentes. Por ser um estudo comparativo, buscou-se estabelecer similaridades e diferenças entre os contextos estudados. Os temas foram organizados a partir da intersecção entre a revisão de literatura e os resultados das entrevistas, estruturando-se em três eixos principais: uso dos banheiros (específico ao contexto brasileiro), relações de poder e passabilidade como estratégia de sobrevivência.

Participaram da primeira fase 18 pessoas, distribuídas igualmente entre os dois países. Na segunda fase, houve a participação de 2 pessoas do Reino Unido e 3 do Brasil. Embora esta amostra não represente a totalidade das experiências trans no ensino superior, os resultados alinham-se com a literatura existente.

A pesquisa bibliográfica utilizou as plataformas *Google Scholar*, *ProQuest* e a biblioteca virtual da Universidade de Glasgow, abrangendo publicações de 2015 a 2021. Foram identificadas 25 publicações brasileiras e 11 britânicas. As palavras-chave variaram conforme o contexto linguístico: transgênero, travesti, LGBT, educação, ensino superior, Brasil e Reino Unido. Para preservar o anonimato dos/das participantes, certas passagens das entrevistas foram omitidas na apresentação dos resultados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia desta pesquisa contou com 18 participantes no total, sendo 9 da Universidade de Glasgow e 9 de Porto Alegre. Dos/Das participantes de Porto Alegre, 7 pertenciam à mesma instituição, cujos resultados constituem o foco principal da análise. Foram desenvolvidos dois questionários distintos: um para a Universidade de Glasgow, contendo 23 perguntas, e outro para Porto Alegre, com 25 perguntas, ambos compostos por questões fechadas e abertas. Para aprofundar a análise, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com participantes que manifestaram interesse em contribuir adicionalmente com a pesquisa. No total, foram entrevistados/as 2 estudantes de Glasgow e 3 de Porto Alegre. Considerando que estudantes trans constituem um grupo numericamente minoritário em ambas as universidades, seus nomes foram preservados sob sigilo. Para

garantir o máximo anonimato prometido aos/às participantes, optou-se por referenciá-los/las de maneira neutra sempre que possível.

Quanto à composição demográfica dos/das participantes entrevistados/as, apenas um se identificou como não-branco, relatando ter enfrentado menos discriminação racial devido à sua tez mais clara. A questão socioeconômica emergiu como fator relevante, com participantes distribuídos entre classe média e classe trabalhadora, conforme suas autodeclarações e narrativas durante as entrevistas. A interseccionalidade dessas características - identidade de gênero, raça e classe social - mostrou-se fundamental na análise das experiências de transfobia relatadas. Como aponta Ferreira (2018), uma perspectiva construcionista se faz necessária para compreender como essas diferentes categorias sociais se articulam, produzindo tanto situações de discriminação quanto de privilégio relativo entre os/as participantes. Como estamos falando de grupos de países distintos, é importante ressaltar que essas discriminações e privilégios se darão de diferentes formas.

5.1 ANÁLISES DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS/AS BRASILEIROS/AS E ESCOCESSES/AS

A análise das perguntas abertas dos questionários e entrevistas realizadas com os/as estudantes brasileiros/as evidenciando a existência de políticas voltadas a esta população, ainda que insuficientes. A análise dos dados foi estruturada em três elementos principais. O primeiro elemento aborda a questão da acessibilidade aos banheiros, que persiste como um desafio significativo para estudantes brasileiros/as no ensino superior. É notável que esta problemática não foi mencionada pelos/as estudantes escoceses/as. Adicionalmente, enquanto os/as estudantes escoceses/as não relataram experiências de transfobia

explícita, os/as estudantes brasileiros/as reportaram diversos incidentes desta natureza.

O segundo elemento destaca a insuficiência de políticas afirmativas no ensino superior para a inclusão de pessoas trans. Foi observado que certas políticas existentes são pouco visíveis e sua divulgação parece deficiente entre estudantes trans em ambos os países, criando barreiras ao acesso a estas políticas.

O terceiro elemento analisa a passabilidade como estratégia de sobrevivência, revelando como estudantes trans desenvolvem mecanismos de adaptação em resposta aos desafios enfrentados no ambiente universitário.

5.2 USO DOS BANHEIROS (APENAS CONTEXTO BRASILEIRO)

A questão do uso dos banheiros por pessoas trans foi objeto de discussão apenas entre estudantes brasileiros/as durante as entrevistas e questionários. Contudo, é importante ressaltar que a questão da inclusividade de pessoas trans em banheiros no ensino superior escocês apresenta uma particularidade: muitos dos banheiros inclusivos destinados a pessoas trans são, na verdade, banheiros para pessoas com deficiência, embora ser uma pessoa trans não signifique ter alguma deficiência.

Um/a estudante trans brasileiro/a relatou problemas anteriores com o uso do banheiro, afirmando que nunca vai sozinho/a e que apenas a faculdade de educação possui um banheiro de gênero neutro. Estudantes trans brasileiros/as, em geral, não se sentem seguros ao utilizarem banheiros generificados.

Outro/a estudante relatou como movimentos feministas radicais tentavam impedir pessoas trans de usar o banheiro correspondente ao gênero com o qual se identificam. Embora essa ação tenha sido

interrompida por iniciativa de outros/as estudantes, a transfobia persiste nesses espaços, causando tamanho desconforto que um/a estudante chegou a relatar consequências físicas por reprimir suas necessidades básicas. Considerando Bonassi *et.al* (2015) é fundamental que a universidade capacite adequadamente seus/suas funcionários/as para evitar o constrangimento de pessoas transvestigêneres nos espaços do ensino superior e para que elas se sintam confortáveis ao exercer seus direitos.

Um/a estudante sugeriu, por exemplo, a realização de ações no *campus* para promover a discussão sobre pessoas trans e acesso aos banheiros no espaço acadêmico, como tendas durante a Semana de Iniciação Científica para informar a comunidade universitária. A utilização destes eventos no ensino superior brasileiro mostra-se relevante devido à visibilidade e ao poder de produção e distribuição do conhecimento, permitindo que essas questões alcancem mais pessoas não-trans.

Para fins comparativos, considerando o ano da pesquisa e publicação da dissertação, a Universidade de Glasgow possuía aproximadamente 25 banheiros de gênero neutro, informação disponível e com um mapa na página virtual da universidade. Isso provavelmente ocorre devido à maior transparência das políticas afirmativas para pessoas trans.

Além disso, nenhum/a estudante da Universidade de Glasgow relatou ter se sentido ameaçado ou constrangido ao usar banheiros de acordo com suas identidades de gênero. É essencial que as universidades brasileiras estabeleçam uma política transparente sobre o uso de banheiros por pessoas trans em suas dependências, pois esta é uma política fundamental para a inclusão. Ademais, considerando ambas as realidades, é importante que banheiros para pessoas com deficiência não sejam utilizados como solução para esta inclusão, já que

são políticas distintas que podem ou não se interseccionar, dependendo das necessidades individuais das pessoas trans.

5.3 RELAÇÕES DE PODER

a) ações afirmativas

É fundamental ressaltar que ações afirmativas são políticas estratégicas direcionadas a grupos minoritários que sofrem discriminação, não sendo uma realidade exclusiva do Brasil, tendo como objetivo ampliar a inclusão. A diversidade e a inclusão enriquecem o ambiente do ensino superior, promovendo respeito mútuo, pensamento crítico e redução do preconceito. Considerando que pessoas trans no Brasil enfrentam dificuldades de acesso à educação básica, isso inevitavelmente refletirá no ensino superior, uma vez que o acesso à universidade depende da conclusão do ensino básico (Duarte, 2023). A vulnerabilidade social experimentada por pessoas trans no Brasil reforça os argumentos apresentados pelos/as estudantes entrevistados/as. Entretanto, os/as estudantes apontam que o sistema de cotas isoladamente não é suficiente. Por exemplo, devido à falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, um estudante sugeriu que alunos trans deveriam ter acesso à PRAE, uma política que desde a divulgação da dissertação, até hoje em Janeiro de 2025 não considera a identidade de gênero como critério.

Um estudante brasileiro observou que o movimento trans na academia aparenta ser mais vocal nos Estados Unidos da América. Esta percepção tem fundamento, considerando que a inserção de pessoas trans no ensino superior brasileiro e as políticas voltadas para esta população são ainda muito recentes. Por outro lado, um/a estudante da Universidade de Glasgow considera que as políticas existentes são superficiais e sua implementação é inadequada. Este/a mesmo/a

estudante relatou tentativas frustradas de acessar serviços direcionados a pessoas trans, não obtendo o suporte necessário. Contudo, esta experiência não é compartilhada por outros estudantes da mesma universidade, que nos questionários indicaram que a instituição é atenta às questões dos estudantes trans.

A pesquisa identificou a existência de políticas afirmativas na área da saúde para estudantes (e funcionários/as), permitindo ausências para cirurgias afirmativas de gênero. Porém, constatou-se uma falha na política de licença maternidade, que contempla apenas mulheres cisgêneras como potenciais mães, sem menção a políticas de paternidade. Os estudantes relataram a existência de treinamento sobre diversidade para funcionários/as e o reconhecimento do nome social (embora esta questão seja tratada de forma diferente no Reino Unido, ainda que aparentemente mais burocrática). Os/As estudantes escoceses enfatizaram que suas vidas deveriam transcender a preocupação com a transfobia. Um/a estudante destacou que, apesar das mudanças positivas e da oportunidade de transicionar e alterar documentos, ele/a aspira a uma vida extraordinária ao refletir sobre sua atual qualidade de vida.

No entanto, a burocracia emerge como um obstáculo aos direitos das pessoas trans na Universidade de Glasgow. Um/a estudante relatou experiências veladas de transfobia por parte de professores/as, sugerindo a necessidade de maior atenção da universidade a estes/as profissionais para prevenir discriminação. Este relato evidencia como as relações de poder entre estudante e orientador/a são problemáticas e se agravam quando permeadas pela transfobia. Uma das estratégias de apagamento das questões trans identificadas pelo estudante é o uso do riso pelo/a orientador/a como forma de amenizar a tensão sobre o assunto, evitando uma discussão substantiva.

5.4 RELAÇÕES ACADÊMICAS

As instituições de ensino superior constituem espaços de disputas de poder, onde este se manifesta de maneira desigual entre estudantes, professores/as e demais funcionários/as. O ensino superior, tradicionalmente percebido como local de busca do conhecimento, mantém uma estrutura hierárquica sólida na produção e transmissão do saber. Nesta configuração de poder encontram-se os/as estudantes trans, que necessitam de atenção redobrada devido à sua condição de vulnerabilidade social.

Um/a estudante da Universidade de Glasgow empregou o termo "Gender Critical" para caracterizar a maioria dos/as professores/as e funcionários/as, relacionando esta postura às oportunidades no mercado de trabalho e à necessidade de estudantes trans manterem uma postura dócil diante destes/as. Entretanto, diferentemente dos relatos dos/as estudantes brasileiros/as, professores/as e funcionários/as, escoceses/as não demonstraram transfobia explícita. Como sugestão de política institucional, os/as estudantes propuseram a criação de um canal específico dentro da universidade para denunciar questões relacionadas à discriminação.

Um caso emblemático foi relatado por um/a estudante brasileiro/a, cujo histórico acadêmico foi deliberadamente apagado do sistema universitário por um/a funcionário/a, aparentemente em retaliação após o/a estudante questionar o atraso na publicação de seu trabalho de conclusão. O/A funcionário/a ainda exigiu que o/a estudante trans comprovasse ter cursado as disciplinas que não mais constavam no sistema. A resolução do caso só foi possível devido às conexões pessoais do/a estudante, pois os canais tradicionais de denúncia demandam tempo excessivo. O/A estudante identificou o

incidente como um ato transfóbico, considerando a natureza de seu trabalho acadêmico e sua visibilidade na instituição.

Este relato evidencia as múltiplas camadas das relações de poder dentro da universidade. Adicionalmente, o poder discricionário de um/a funcionário/a para acessar e apagar registros acadêmicos de um/a estudante trans pode acarretar sérios impactos à saúde mental destes/as estudantes. Por esta razão, torna-se fundamental implementar treinamentos sistemáticos para professores/as e demais funcionários/as, visando conscientização e prevenção de atos discriminatórios no ambiente acadêmico.

5.5 PASSABILIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Historicamente, o termo passabilidade foi utilizado para designar pessoas negras escravizadas que conseguiam contornar dificuldades relacionadas à raça para acessar privilégios da classe branca, sendo percebidas como pertencentes a esta (Anton, 2022; Cutter, 2016). Ademais, passabilidade possui diversos outros significados e pode ser empregada para qualificar alguém para além da sua raça, abrangendo aspectos como etnicidade, casta, classe social, gênero, sexualidade e deficiência, conforme o estudo de Sandon em 2016 (citado por Anton, 2022). Portanto, passabilidade refere-se à habilidade que uma pessoa possui de circular socialmente sem atrair atenção negativa para si, o que poderia levá-la a sofrer discriminação e violências relacionadas à sua identidade original caso o outro percebesse. (Anton, 2022).

Durante as entrevistas e questionários, foi possível identificar através dos relatos que a passabilidade enquanto pessoa cisgênera facilitava um melhor relacionamento com colegas, orientadores/as e demais pessoas que integram o ambiente do ensino superior. Notadamente, pessoas trans demonstraram consciência dessa passabilidade e de suas

vantagens. Como exemplo, um/a estudante da Universidade de Glasgow relatou ter realizado sua transição, incluindo a alteração de documentos, antes da vida universitária, o que lhe permitiu concentrar-se em seus estudos. Paralelamente, um/a estudante brasileiro/a enfatizou como a possibilidade de um corpo trans se modificar, alcançando uma binariedade de gênero, é fundamental para sua segurança. Este/a estudante destacou como sua própria passabilidade lhe permite circular com segurança em diversos locais, seja no Brasil ou em outros países. É recorrente que pessoas trans com passabilidade optem por não revelar sua identidade de gênero para evitar conflitos e obstáculos.

Similarmente, pessoas trans que não possuem passabilidade frequentemente se veem forçadas a negar sua identidade de gênero trans para circular em determinados espaços com maior facilidade, aproveitando-se da presunção social de cisgeneridade e heterossexualidade (Argyriou, 2021; Dias *et al.*, 2021). Como estratégia ilustrativa, um/a aluno/a relatou que, para uma entrevista, apresentou-se de maneira tipicamente associada ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer, utilizando pronomes de tratamento correspondentes, temendo que qualquer expressão não-binária pudesse, em suas palavras, comprometer a oferta conforme Argyriou descreve sobre o processo de passar por pessoas trans como necessidade em oposição à capacidade (2021). Durante o relato, o/a estudante empregou o termo "cisplay", expressão comumente utilizada dentro da comunidade transmasculina, para descrever o ato de negar sua não-cisgeneridade como forma de acessar determinados espaços conforme o conceito trazido por Martinelli (2018). Este termo é predominantemente utilizado por pessoas trans que não são passáveis ou que optam por não buscar passabilidade (Martinelli *et al.*, 2018).

6. ENLACE ANALÍTICO

Primeiramente, é crucial reconhecer as limitações deste estudo, particularmente quanto ao número reduzido de participantes. No entanto, mesmo com uma amostra limitada, os resultados proporcionam uma visão significativa das questões que permeiam a vida acadêmica de pessoas trans, tanto em Porto Alegre quanto em Glasgow. A produção acadêmica sobre pessoas trans no ensino superior ainda é restrita em ambos os contextos, indicando um vasto campo a ser explorado.

Os resultados revelam pontos de convergência e divergência entre as duas realidades. Como similaridades, destacam-se as relações de poder e a passabilidade, que desempenham papéis semelhantes para estudantes tanto no Brasil quanto na Escócia. As principais diferenças emergem nas questões específicas relatadas apenas por estudantes brasileiros/as, como o acesso a banheiros e experiências de transfobia explícita por parte de funcionários/as.

A análise demonstra que ambas as universidades enfrentam desafios em relação às suas comunidades trans. Através da pesquisa, identificou-se que as duas instituições oferecem serviços a todos/as os/as estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, com informações disponíveis em seus *websites*. Contudo, é relevante observar que o *website* da Universidade de Glasgow apresenta maior exatidão na busca e navegação, o que pode explicar o menor conhecimento dos/as estudantes brasileiros/as sobre os recursos disponíveis em sua universidade. Adicionalmente, os/as estudantes brasileiros/as expressam a necessidade de que suas identidades sejam consideradas nas políticas afirmativas institucionais, em conjunto com ações já existentes.

Por outro lado, alguns/mas estudantes da Universidade de Glasgow também relataram desconhecer políticas voltadas especificamente para sua população. Fazendo eco às palavras de um/a

dos/das estudantes entrevistados/as que pertence a Universidade de Glasgow, enfatizamos a importância do desenvolvimento de agência dos/as estudantes sobre seus direitos, especialmente no contexto de estudantes internacionais - um recorte que merece maior exploração tanto por experiência pessoal quanto por observação acadêmica. O conhecimento das políticas institucionais voltadas para pessoas trans constitui ferramenta essencial para a garantia de direitos e segurança. Neste aspecto, a Universidade de Glasgow se destaca por disponibilizar guias específicos e páginas dedicadas à comunidade LGBT, incluindo contatos de pessoas de referência dentro da universidade para auxílio aos/às estudantes, estrutura não observada na universidade de Porto Alegre em 2022 nem em Janeiro de 2025, quando os resultados foram revisitados. Embora a agência dos/das estudantes tenha sido mencionada como um aspecto relevante é fundamental, segundo Lawrence e McKendry (2019), que as universidades se antecipem às necessidades específicas de pessoas trans, desenvolvendo políticas institucionais que promovam seu bem-estar nos *campi*. Nesse sentido, é possível, por exemplo, considerar estratégias para mitigar o medo e o receio que estudantes trans frequentemente enfrentam ao tentar exercer seus direitos no ambiente institucional universitário, especialmente considerando que suas experiências anteriores à chegada na universidade, em geral, foram marcadas por situações de violência e exclusão social (Bonassi *et al.*, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental contextualizar o momento específico em que esta pesquisa foi realizada. O cenário das universidades públicas brasileiras em relação a pessoas trans tem apresentado mudanças significativas, como demonstram as recentes ampliações do sistema de cotas pela

Universidade Federal de Rio Grande (FURG), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O levantamento inicial, realizado durante estadia na Universidade de Glasgow, identificou que a partir de 2018 houve um aumento expressivo na produção acadêmica sobre pessoas trans no ensino superior brasileiro, com mais de 17 estudos publicados.

Outro exemplo são os serviços já oferecidos por algumas universidades brasileiras à população LGBT, como o projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que proporciona atendimento socioassistencial específico para esse público (2022). Foi lançado no segundo semestre de 2022, após a conclusão da dissertação original. Nota-se também que alguns/mas pesquisadores/as já têm explorado essa linha de pesquisa, como no caso de Jessyca Barbosa Duarte (2023; 2018). Uma busca preliminar no *Google Scholar* revelou pelo menos oito trabalhos — possivelmente mais — que abordam a experiência de pessoas trans brasileiras no contexto do ensino superior a partir de 2022, período em que a revisão de literatura desta pesquisa já havia sido delimitada.

Isso evidencia uma crescente expansão na produção de conhecimento sobre o tema. Os trabalhos em questão abordam desde a objetificação do corpo trans no espaço universitário, a saúde mental ou os impactos do sistema de cotas, bem como lidar com a permanência de um grupo social vulnerável neste espaço de ensino. Esses trabalhos recentes parecem expandir o arcabouço teórico sobre pessoas trans no ensino superior brasileiro, superando as limitações temáticas apontadas na dissertação original, que se concentravam majoritariamente em questões como o uso de banheiros e o reconhecimento do nome social. Considerando o crescimento da presença trans na academia brasileira, é razoável supor que esta produção continuará em expansão.

A ampliação destas pesquisas mostra-se crucial para a geração de dados sobre nossa população, documentando não apenas nossa presença, mas também nossas contribuições e metodologias de produção acadêmica. No entanto, é necessário reconhecer as limitações impostas pelo curto período disponível para a produção da pesquisa na Escócia, especialmente considerando a amplitude da proposta inicial. A experiência posterior na Escócia, particularmente no trabalho junto ao terceiro setor após a conclusão do mestrado, proporcionou uma compreensão mais aprofundada das realidades que permeiam aquele país. Esta vivência sugere a necessidade de uma pesquisa mais extensa e detalhada para melhor compreender como os sistemas de ensino superior público no Brasil e na Escócia podem estabelecer um diálogo produtivo no desenvolvimento de políticas para suas populações trans.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (doutorado). Faculdade de Educação - UFC, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- ANTON, B. **Passing as White: The Experiences of BIPOC Supervisees**. 2022. 146 f. Ph.D. - Seton Hall University, Ann Arbor, 2022. Disponível em: <<http://ezproxy.lib.gla.ac.uk/login?url=https://www.proquest.com/dissertations-theses/passing-as-white-experiences-bipoc-supervisees/docview/2596405584/se-2?accountid=14540>>.
- ARGYRIOU, K. Migración de género, passing e inteligibilidad post-recesionaria. **Asparkia. Investigació feminista**, [s. l.], n. 39, p. 213–232, 2021. Disponível em: <<https://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/4563>>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- BOHM, A. M. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 90 f. Dissertação (Faculdade de Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29931>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BONASSI, B. C. *et al.* Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia, UAB**: Universitat Autònoma de Barcelona, v. 17, n. 3, p. 83–98, 2015. Disponível em:

<<https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em ciências sociais. Em Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BROWNE, K. Snowball sampling: using social networks to research non-heterosexual women. **International journal of social research methodology**, Taylor & Francis Group Ltd, v. 8, n. 1, p. 47–60, 2005.

Disponível em: <<https://go.exlibris.link/09rm4XkF>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CONNELL, R. Using southern theory: Decolonizing social thought in theory, research and application. **Planning theory (London, England)**, London, England, v. 13, n. 2, p. 210–223, 2014. Disponível em:

<<https://go.exlibris.link/Wmjh0nTV>>.

CORREA, C. M. de A. Travestilidades E Transexualidades Em Discurso: Processos De Subjetivação E Resistências Nos Contextos De Uso Do Nome Social Em Universidades Públicas Do Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, [s. l.], p. 9, 2017. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjJz8qSyLL3AhXjJLkGHQP3BVwQFnoEAcQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.wwc2017.eventos.dype.com.br%2Fresources%2Fanaais%2F1499473865_ARQUIVO_completoFazendoGenero2017.pdf&usg=AOvVaw1TmAgzQWoOi_D1Yz0sQH4e> . Acesso em: 05 mar. 2025.

CUTTER, M. J. “As White as Most White Women”: Racial Passing in Advertisements for Runaway Slaves and the Origins of a Multivalent Term.

American Studies, Lawrence, v. 54, n. 4, p. 73-97,185, 2016. Disponível em:

<<http://ezproxy.lib.gla.ac.uk/login?url=https://www.proquest.com/scholarly-journals/as-white-most-women-racial-passing-advertisements/docview/1777860821/se-2?accountid=14540>>.

DIAS, A. F.; CARVALHO, M. E. P. De; OLIVEIRA, D. A. De. Notas Sobre O Processo De Inclusão/ Exclusão De Uma Professora Transexual. **Revista da FAEBA**, Brumado, v. 25, n. 45, 2016. Disponível em: <<http://ezproxy.lib.gla.ac.uk/login?url=https://www.proquest.com/scholarly-journals/notas-sobre-o-processo-de-inclusão-exclusão-uma/docview/2187962234/se-2>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DIMENSTEIN, M. *et al.* Fronteiras e fluxos no âmbito acadêmico: Interpelações de corpos transgressores da heteronormatividade. **Interacao em Psicologia**, Parana, v. 22, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://ezproxy.lib.gla.ac.uk/login?url=https://www.proquest.com/scholarly-journals/fronteiras-e-fluxos-no-ambito-academico/docview/2154253602/se-2>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DOS SANTOS, A. E. C.; ORNAT, M. J. Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior no sul do brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, [s. l.], v. 11,

DUTA, A.; AN, B.; IANNELLI, C. Social origins, academic strength of school curriculum and access to selective higher education institutions: Evidence from Scotland and the USA. **Higher Education**, [s. l.], v. 75, n. 5, p. 769–784, 2018. Disponível em: <<http://www.jstor.org.ezproxy.lib.gla.ac.uk/stable/45116612>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DOS SANTOS, A. E. C.; ORNAT, M. J.; PICHITELI, M. A. As Vivências de Travestis e Transexuais e os Territórios nas Instituições de Ensino Superior do Município de Ponta Grossa, Paraná. **Formação (Online)**, FCT/UNESP, Presidente Prudente, v. 26, p. 15, 2019.

DUARTE, J. B. **Transpassando os limites da educação**: os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75350>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DUARTE, J. B.; JUCÁ, G. N. M. **Para além das normas**: o ensino superior como sociabilização e resistência da identidade travesti. UFC, Fortaleza, 2018.

DUTA, A.; AN, B.; IANNELLI, C. Social origins, academic strength of school curriculum and access to selective higher education institutions: Evidence from Scotland and the USA. **Higher Education**, [s. l.], v. 75, n. 5,

p. 769–784, 2018. Disponível em:
<<http://www.jstor.org.ezproxy.lib.gla.ac.uk/stable/45116612>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FERREIRA, G. G. **Vidas Lixadas**: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras. Salvador: Editora Devires, 2018.

FORMBY, E. How should we ‘care’ for LGBT+ students within higher education? **Pastoral Care in Education**, Taylor & Francis Group Ltd, v. 35, n. 3, p. 203–220, 2017.

FRÓES, P. Transnem De Porto Alegre Como Alternativa Para Formação De Mulheres Travestis E Pessoas Transexuais. **2017**, [s. l.], p. 12, 2017.

Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498745657_ARQUIVO_FROESPRISCILA.TRANSENEMDEPORTOALEGRECOMOALTERNATIVAPARAFORMACAODEMULHERESTRAVESTISEPESSOASTRANSEXUAIS.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

HAFFORD-LETCHFIELD, T. et al. Transgender students in post-compulsory education: A systematic review. **International Journal of Educational Research**, Elsevier Ltd, Durham, v. 86, p. 1–12, 2017. Disponível em:
<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883035517306171>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

JUNIOR, I. B. de O.; MAIO, E. R. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 13, 2016. Disponível em:
<<https://www.proquest.com/docview/2187962459/2E45FBB859B44AFEPQ/20>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LAGES, V. N.; DUARTE, E. P.; ARARUNA, M. L. **Direitos Trans No Ensino Superior**: As Normativas Sobre Nome Social das Universidades Públicas Federais. Belo Horizonte, Brazil: Editora Dialética, 2021. Disponível em:
<<http://ebookcentral.proquest.com/lib/gla/detail.action?docID=6689275>>.

LAWRENCE, M.; MCKENDRY, S. **Supporting Transgender and Non-Binary Students and Staff in Further and Higher Education: Practical Advice for Colleges and Universities**. London, UNITED KINGDOM: Jessica Kingsley Publishers, 2019. Disponível em:
<<http://ebookcentral.proquest.com/lib/gla/detail.action?docID=5609312>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

LUGONES, M. Gender and Universality in Colonial Methodology. *Critical philosophy of race*, **Penn State University Press**, v. 8, n. 1–2, p. 25–47, 2020.

MANDAVKAR, P. **Education System in Scotland**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2021. SSRN Scholarly Paper. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=4041048>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MARTINELLI, F. *et al.* Entre o cisplay e a passabilidade: transfobia e regulação dos corpos trans no mercado de trabalho. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 348–364, 2018. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12855>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PEARCE, R. Understanding Trans Health: Discourse, Power and Possibility. **Bristol University Press: Policy Press**, 2018. Disponível em: <<https://policypress.universitypressscholarship.com/10.1332/policypress/9781447342335.001.0001/upso-9781447342335>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

PEREIRA, A. C. **TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: uma revisão integrativa de literatura científica**. Faculdade Alfredo Nasser, 2020.

PHIPPS, C. Thinking beyond the binary: Barriers to trans* participation in university sport. **International Review for the Sociology of Sport**, London, International Sociology of Sport Association and SAGE Publications Ltd., v. 56, n. 1, p. 81–96, 2021. Disponível em: <<http://ezproxy.lib.gla.ac.uk/login?url=https://www.proquest.com/scholarly-journals/thinking-beyond-binary-barriers-trans/docview/2476308200/se-2?accountid=14540>>.

RIDDELL, S. **Scottish Higher Education and Devolution**. In: HIGHER EDUCATION IN SCOTLAND AND THE UK. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015. Disponível em: <<https://edinburgh.universitypressscholarship.com/10.3366/edinburgh/9781474404587.001.0001/upso-9781474404587-chapter-001>>. Acesso em 23 jun. 2022.

SANDON, Joy E. Passing in American Culture (2016). **Inglês**. 1. Disponível em: <<https://scholarship.rollins.edu/honors-in-the-major-english/1>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, p. 11, 2017.

UNIVERSITY OF GLASGOW | ACADEMIC DISCIPLINES, EDUCATION, COLLEGES, CAMPUSES, FACULTY, & ALUMNI | **BRITANNICA**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/University-of-Glasgow>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

UNIVERSITY OF GLASGOW - EXPLORE - OUR HISTORY. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <<https://www.gla.ac.uk/explore/history/>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

FROES, P; ZANELA, M. CONEXÕES ENTRE BRASIL E ESCÓCIA: resultados preliminares de um estudo comparativo sobre as experiências de pessoas trans no ensino superior (2021-2022). **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 10, nº 23, jan-jun/2025, p. 130-158.